



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Projeto de Lei nº 32/2.020

Altera o §2º do art. 4º da Lei Municipal nº 2.265, de 27 de dezembro de 2017.

O Povo do Município de Bom Despacho/MG, através de seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

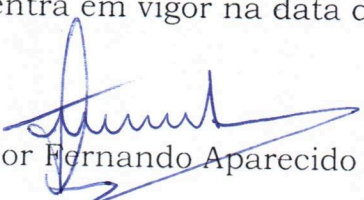
Art. 1º – O §2º do art. 4º da Lei Municipal nº 2.265/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º (...)

(...)

§2º Não sobrevivendo a Lei prevista no caput deste artigo, a partir de janeiro de 2021 o servidor com carga horária legal de 20 horas semanais que permanecer prestando serviço na Estratégia da Saúde da Família e lotada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) fará jus ao abono integral, com a suspensão das reduções previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.


Vereador Fernando Aparecido da Silva


Vereadora Joice Martins Silva Quirino


Vereador Marcelo Marilúcio dos Santos



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Lei 2.625, de 27 de dezembro de 2017.

Concede abono aos servidores que indica, revoga a Lei nº 2.224/2011, e dá outras providências.

O Povo do Município de Bom Despacho/MG, através de seus representantes legais, aprovou e eu, **Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 2.224, de 16 de agosto de 2011.

Art. 2º Fica concedido aos servidores efetivos beneficiados com as gratificações previstas na Lei nº 2.224/2011, atualmente lotados em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Núcleos de Saúde da Família (NASF), abono irreeajustável equivalente ao valor da gratificação a que faziam jus no dia 30 de novembro de 2017.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao abono enquanto permanecer lotado em Unidades Básica de Saúde (UBS) ou dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) do Município de Bom Despacho a serviço na Estratégia da Saúde da Família, observadas as demais regras estabelecidas nesta lei.

Art. 3º O abono concedido no artigo 2º será reduzido à razão de 1/5 (um quinto) do valor atual a cada ano, a partir de 1º de janeiro de 2019, até sua extinção em 31 de dezembro de 2022, nos termos dos anexos I a X desta lei.

Art. 4º Em 180 dias o Chefe do Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei que definirá as condições de reenquadramento voluntário para os servidores beneficiados pelo abono previsto no *caput*.

§ 1º No prazo de 30 dias, o Chefe do Executivo nomeará comissão paritária, que elaborará anteprojeto do plano de carreiras da área da saúde.

§ 2º Não sobrevivendo a Lei prevista no *caput* deste artigo, a partir de janeiro de 2023 o servidor com carga horária legal de 20 horas semanais que permanecer prestando serviço na Estratégia da Saúde da Família e lotada em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) fará jus a um abono equivalente a 100% do vencimento básico.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive as Leis Municipais 1.822/2001, 2.011/2006, 2.082/2008 e o art. 4º da Lei Municipal 2.027/2006.

Bom Despacho, 27 de dezembro de 2017, 106º ano de emancipação do Município.


Fernando Cabral
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



Justificativa

A lei 2.265, de 27 de dezembro de 2017, faltou com a coerência ao estabelecer de forma anacrônica a penalidade para a não implementação do Plano de Carreiras da Saúde, objeto maior do movimento legislativo criado no final daquele ano.

Com a presença de Secretários de governo e do próprio Prefeito, sindicato e grupos de servidores de diversos setores da Saúde Municipal, as reuniões culminaram em promessas de pleno empenho de todos para a apresentação de um projeto de lei em 180 dias.

Como dinâmica da apresentação do projeto estabeleceu-se uma penalidade para o caso de não apresentação do projeto, o qual seria o retorno do *status quo* do sistema de gratificações dos servidores da saúde atingidos, lotados em UBS e NASF. Ocorre que a penalidade não atingirá o gestor que descumpriu a norma, mostrando-se ineficaz, sendo, portanto, passível de ajuste com o término do mandato atual.

Vereador Fernando Aparecido da Silva

Vereadora Joice Martins Silva Quirino

Vereador Marcelo Marilúcio dos Santos